

Legislativo Federal

Reforma Tributária: setor reforça pleito em audiência pública



Debate na CAE sobre os impactos da reforma tributária nos regimes diferenciados e específicos – 24/9/2024

Na terça-feira, 24/9, a **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)** do Senado Federal, realizou a penúltima audiência pública para debater o [Projeto de Lei Complementar \(PLP\) 68/2024](#), que **regulamenta a parte principal da reforma tributária**. Coordenada pelo senador Izalci Lucas (PL/DF), participaram da audiência representantes de diversos setores da economia que cobraram um tratamento específico na regulamentação da reforma tributária.

A [Emenda Constitucional 132](#), que promoveu a reforma tributária, estabelece uma série de atividades beneficiadas com a redução de tributos. Os regimes específicos asseguram descontos de 30%, 60% ou 100% para vários setores ou finalidades da economia.

Fernando Guedes representou o setor da construção e do mercado imobiliário, por meio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Guedes ressaltou a franca discussão do setor com a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária e, entende que o Governo está sensível aos problemas, alertando ainda que haverá um aumento de carga caso não se garanta a calibragem do redutor de alíquota e um regime de transição próprio.

Durante a audiência pública, o diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (Sert) do Ministério da Fazenda, Daniel Loria, disse que o Governo vai avaliar as sugestões apresentadas.

Segundo o coordenador dos debates na CAE, o senador Izalci Lucas, o texto não será votado antes de outubro. Ele disse ainda que entregará o relatório sobre os debates até o dia 22 de outubro.

A matéria, de autoria do Executivo, tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde terá como relator o senador Eduardo Braga (MDB/AM). A designação ainda não foi oficializada, e o projeto já recebeu mais de 1,2 mil emendas dos senadores.

Há expectativa de que o Governo retire a urgência do projeto quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), retornarem de Nova York, onde estão em missão oficial, participando da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Posicionamento do Setor

Fernando Guedes, presidente do Conselho Jurídico da CBIC, representando a construção e a indústria imobiliária, destacou dois pontos principais do setor em relação ao texto do [PLP 68/2024](#), aprovado na Câmara dos Deputados:

- **Redutor de alíquota:** com argumentos técnicos e para garantir a neutralidade, o setor defende a calibragem do redutor de alíquota de 60% para as operações com bens imóveis e de 80% para a locação. O texto aprovado pela Câmara dos Deputados consta, hoje, com 40% para as operações com bens imóveis e 60% para as operações por locação.
- **Regime de Transição:** hoje o setor da construção e do mercado imobiliário não são contribuintes, nas operações diretas, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS), e nas operações indiretas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tributos que estão sendo extintos com a Reforma Tributária. Com a entrada em vigor da CBS e do IBS de forma escalonada, como previsto no texto da Câmara dos Deputados, trará problemas na ordem organizacional e estrutural, além de um aumento de carga tributária, pois passará a ser cobrado novos tributos sem a possibilidade dos créditos antigos.

Nos últimos meses, o **Secovi-SP** participou intensamente das discussões da regulamentação da reforma tributária com os Poderes Legislativo e Executivo, por meio de audiências públicas, reuniões com parlamentares e encontros com a equipe técnica do Ministério da Fazenda, sempre demonstrando tecnicamente os impactos da reforma e levando a preocupação do setor imobiliário sobre um eventual aumento da carga tributária, que pode comprometer a oferta de moradias e de empregos a quem mais necessita.



Guedes, em audiência pública na CAE - 24/9/2024